

| Rodrigo Duarte de Melo

| Aspectos Jurídicos da  
| Licença Compulsória na  
| Indústria Farmacêutica

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2016

Copyright © 2016 by Rodrigo Duarte de Melo

Categoria: Propriedade Intelectual/ Direito Privado

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

Rodrigo Duarte de Melo

Aspectos Jurídicos da Licença Compulsória na Indústria Farmacêutica. /  
Rodrigo Duarte de Melo. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.  
164 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 79-83.  
Possui Anexos.

ISBN: 97885-8440-670-8

1. Direito Comercial. 2. Propriedade Industrial - Indústria Farmacêutica -  
Patente. I. Título.

# Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	VII
<b>Prefácio</b> .....	XI
<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>2. Garantias constitucionais à propriedade industrial</b> .....	5
2.1. Interesse da coletividade e o acesso à justiça .....	5
2.2. A garantia fundamental do acesso à justiça no ordenamento jurídico brasileiro .....	10
2.3. Proteção e limites Constitucionais à propriedade industrial ....	13
2.4. Evolução histórica da propriedade industrial .....	14
2.5. Interesse Público x Interesse Privado: supremacia e indisponibilidade do interesse público .....	17
2.6. A complexidade para almejar a proteção da propriedade Industrial .....	19
2.7. Aspectos sociais e econômicos das patentes. ....	20
<b>3. Aplicabilidade da legislação pátria e a possibilidade de utilização de acordos internacionais</b> .....	23
3.1. Convenção de Berna .....	24
3.2. Convenção de Paris .....	26
3.3. Considerações Iniciais a respeito da Legislação Nacional .....	29
3.4. Adequação da legislação nacional às exigências feitas pela Constituição Federal de 1988 .....	30
3.5. Código de Propriedade Industrial – Lei. 9.279/96 .....	32
3.6. Do acordo TRIPS .....	33
3.7. Medicamentos e as patentes de importação ou revalidação (Pipeline) .....	36
<b>4. Direito à saúde: utopia ou realidade</b> .....	43
4.1. A importância das patentes e o acesso aos medicamentos essenciais .....	43

4.2. Acordo TRIPs e as normas brasileiras .....	51
4.3. A problemática da AIDS no Brasil .....	56
4.4. A licença compulsória do medicamento Efavirenz .....	58
4.5. Ebola e a necessidade de medicamentos .....	60
4.6. Interpretação Jurisprudencial.....	64
4.7. Julgamentos envolvendo casos de patentes.....	69
<b>5. Conclusões .....</b>	<b>75</b>
<b>Referências .....</b>	<b>79</b>
<b>Anexo .....</b>	<b>85</b>